

Governo, Governadores e a Construção da Centralidade Territorial e Atlântica da Cidade do Rio de Janeiro nos Séculos XVII e XVIII¹

Maria Fernanda Bicalho

Universidade Federal Fluminense - UFF

Daiana Torres Lima

Licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF

Introdução

Fundada em 1565, após o fracasso da França Antártica e a expulsão dos franceses, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro assumiu um papel central na formação, defesa, administração e governo dos territórios lusos no Atlântico sul. Embora secundária na produção açucareira, e marginal às principais rotas de comercialização do açúcar no Atlântico, sua posição geográfica e estratégica era excepcional. De acordo com C. R. Boxer, seguido por Luiz Felipe de Alencastro, a posição meridional da capitania do Rio de Janeiro lhe conferiu, durante todo o século XVII, condições excepcionais de trânsito entre as possessões espanholas no estuário do rio da Prata e os enclaves negreiros na África. Os comerciantes luso-fluminenses, participando ativamente do tráfico negreiro, tinham acesso privilegiado aos portos da região platina, conseguindo abocanhar algum quinhão das riquezas do Potosi.²

Salvador Correa de Sá e Benevides, inúmeras vezes governador do Rio de Janeiro, comandante da armada que em 1648 reconquistaria Angola dos holandeses, e membro do Conselho Ultramarino, foi um dos responsáveis pela montagem do triângulo comercial Rio de Janeiro – Luanda – Buenos Aires. Não é à toa que, ainda na década de 1640, ele insistisse com D. João IV sobre a conveniência da colonização das terras do sul, entre São Vicente e o Rio da Prata. No entanto, apenas em 1679, em regimento a D. Manuel Lobo, então nomeado governador do Rio de Janeiro, o príncipe regente D. Pedro mandava erigir um porto

¹ Este artigo é produto de pesquisas contempladas com financiamento tanto da FAPERJ, quanto do CNPq. Da primeira é fruto de bolsas *Jovem Cientista e Cientista do Nosso Estado*, na confluência dos projetos *Cidade, Política e Território. A capitalidade do Rio de Janeiro no século XVIII e início do XIX*, e *Capitalidade, urbanismo, sociabilidade e patrimônio: a Cidade do Rio de Janeiro entre 1808 e 1821*. Algumas reflexões aqui desenvolvidas são fruto do projeto *Conhecer e demarcar o território e fundar vilas: Conselheiros e magistrados na gestão política e territorial da América portuguesa no reinado de D. João V*, financiado com bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq

² BOXER, C. R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, 1602-1686. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Editora de Universidade de São Paulo, 1973; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

fortificado naquela região, o que resultou na fundação da Colônia do Sacramento, em 1680.³

Seguiu-se a ereção de vilas em Santa Catarina e, já nos anos 30 do século XVIII, o povoamento do Rio Grande de São Pedro, territórios meridionais da América portuguesa que se tomaram dependentes e tributários – política, comercial e militarmente – do governo e da cidade do Rio de Janeiro.⁴ Afirmava-se, progressivamente, a supremacia de seu porto, conectando rotas e redes no Atlântico sul, traduzindo sua inequívoca vocação atlântica.⁵

Este artigo abordará dois tempos, ou seja, duas conjunturas distintas mas convergentes, nas quais dois governadores do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides e Gomes Freire de Andrade, foram pródigos em estender seu poder, seu governo e sua jurisdição por um amplo território que abarcava domínios que até então fugiam ao controle da Coroa portuguesa. No primeiro tempo, relativo ao século XVII, analisaremos a atuação de Salvador Correia de Sá e Benevides à frente do governo e da administração de uma vasta área – territorial e atlântica – do império português. Num segundo tempo, já no século XVIII, Gomes Freire de Andrade será personagem fulcral de nossa análise, no intuito de demonstrar que o governo e a administração da América portuguesa basearam-se em jurisdições nem sempre bem delimitadas – e não raro conflituosas – de governadores de capitanias, governadores e capitães-gerais de vastos territórios e governadores-gerais do Estado do Brasil. Propõe-se igualmente a discutir a importância da cidade do Rio de Janeiro como “cabeça” da região centro-sul da América portuguesa.

Primeira conjuntura, século XVII: Salvador Correia de Sá e Benevides

Ao longo do século XVII a cidade do Rio de Janeiro se tornou pólo central e estratégico das grandes questões geopolíticas da monarquia portuguesa. A história do expansionismo fluminense tem suas raízes fincadas tanto no que se refere às problemáticas imperiais quanto às vicissitudes internas ao território colonial. O governo do Rio de Janeiro ganhou proeminência na América Portuguesa por ter se

³ Sobre a Colônia do Sacramento, cf. ALMEIDA, Luis Ferrand. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973; PRADO, Fabrício P. *Colônia do Sacramento. O extremo-sul da América portuguesa*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002; POSSAMAI, Paulo César. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2006.

⁴ Cf. OSÓRIO, Helen. “As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)”. In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. & GOUVEA, M. F. S. (orgs). *O antigo regime nos trópicos. A dinâmica da colonização portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; OSÓRIO, H. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007; GIL, Tiago Luís. *Os infieis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

⁵ Cf. SAMPAIO, Antônio C. Jucá. *Na encruzilhada do império. Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

acramento,

do século da América comercial e firmava-se, no Atlântico

distintas mas Correia de tander seu a domínios po, relativo benevides à antiga – do Freire de strar que o dições nem capitãias, s-gerais do e do Rio de

tornado o epicentro de gestão das capitãias de baixo, porto de entrada e de ligação entre África, Europa e o lucrativo mercado no interior do continente americano. Durante a União Ibérica forjaram-se conexões mercantis intercoloniais que fizeram afluir para a região mercadorias, prata e mão de obra escrava, provenientes do tráfico negreiro e da ação dos peruleiros.⁶ De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, o triângulo Rio – Luanda – Buenos Aires era regulado por consórcios familiares, nos quais se destacaram os Correia de Sá. Todavia, a centralidade do Rio de Janeiro não era um dado natural, ou um projeto pré-concebido desde os primórdios da fundação da cidade. Foi produto de um longo processo e da complexa dinâmica imperial, principalmente após a Restauração portuguesa (1640).

Salvador Correia de Sá e Benevides foi nomeado governador pela primeira vez entre 1637 e 1643.⁷ Por concentrar em sua família, e principalmente sob seu controle, uma série de atividades comerciais em torno de uma região sobre a qual deteve ampla jurisdição, proporcionou o desenvolvimento do até então inexplorado potencial da praça comercial fluminense e, conseqüentemente, sua centralidade no Atlântico Sul. Salvador de Sá teve a capacidade de congrega, a partir de seu governo, interesses privados seus e de seus aliados, assim como os da Coroa, baseados no tráfico negreiro, no mercado da prata e no processo de interiorização da colonização que abarcava São Paulo e os sertões auríferos. Grandes pretensões e serviços ao rei que iriam futuramente ser remunerados com sua nomeação de Governador e Capitão-General da Repartição do Sul.

Entre 1637 e 1638, nos anos finais da União Ibérica (1580-1640), o padre Ruiz Montoya, que esteve no Rio de Janeiro, afirmou não ter encontrado ali mais do que “um canto de arrabalde de sua cidade natal”, Lima, capital do vice-reino do

Benevides

o central e t. A história e refere às colonial. O a por ter se

⁶ Muitos eram os responsáveis pelo povoamento da América Portuguesa e seu processo de interiorização: os bandeirantes, os “caranguejos”, como eram chamados os ocupantes das regiões litorâneas, os jesuítas, e ainda os peruleiros, comerciantes luso-brasileiros que adentravam o território, comerciando com cidades da América espanhola. Seu principal objetivo era atingir a Vila Imperial de Potosi, grande centro de mineração de prata que, devido à infertilidade de suas terras, dependia de redes de abastecimento externo. Uma de suas principais fornecedoras era a província de Tucumán, na encosta oriental dos Andes, que concentrava uma série de atividades como produção agrícola e criação de gado. Tucumán era uma importante praça comercial, tanto de produtos locais, como de mercadorias fornecidas por luso-brasileiros, provenientes do Rio de Janeiro que, entrando por Buenos Aires, chegavam a Potosi. Cf. ALENCASTRO, *op. cit.*, p. 199; CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas Portuguesas. A participação luso-brasileira na constituição Social de Buenos Aires (c.1580-c.1650)*. Niterói: PPGH – UFF, 2008 (tese de doutorado inédita).

⁷ Salvador Correia de Sá e Benevides recebeu ainda muito jovem, em 1618, o hábito da Ordem de Santiago e, posteriormente, o da Ordem de Cristo. Em 1627 foi nomeado Alcaide-Mor da cidade do Rio de Janeiro, em decorrência de sua vitória num confronto com navios holandeses na costa do Espírito Santo. Casou-se, em 1631, com uma rica *criolla* viúva, Dona Catalina de Ugarte y Velasco, herdeira de grande prestígio, detentora de grandes latifúndios. Por meio deste casamento, Salvador de Sá passou a controlar extensas propriedades na região de Tucumã, província que abastecia Potosi, centro das atividades comerciais dos peruleiros e produtora de grandes quantidades de prata. Nomeado governador do Rio de Janeiro por três vezes: entre 1637 e 1643; de janeiro a maio de 1648; e, novamente, entre 1660 e 1662, foi igualmente governador de Angola entre 1648 e 1652, e recebeu, em 1643, a patente de General das Frotas do Brasil. A partir de 1658 tornou-se Governador e Capitão-General da Repartição Sul.

da Sucessão de P. Colônia do Paulo César. A

Grande do Sul nos trópicos. A OSÓRIO, H. O UFRGS, 2007; do Rio Pardo

ômicas no Rio

Peru.⁸ Diante das investidas holandesas que desde a década de 1620 se faziam freqüentes no Atlântico – em 1624 invadiram a Bahia e em 1630 tomaram Pernambuco – a prioridade do rei em Castela era proteger e resguardar as capitanias do nordeste, sobretudo a Bahia, sede do governo-geral. Não foi à toa que àquela época o reforço enviado de Lisboa para a defesa do Rio de Janeiro se reduziu a um único navio, o Nossa Senhora da Penha de França, que partiu em 1624 sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides, transportando oitenta homens e pequena quantidade de armas e munições.⁹ Apesar da posição da cidade ser considerada secundária nos cálculos da Monarquia Hispânica, seus governantes, assim como seus moradores, não deixaram de demonstrar sua prodigalidade em auxiliar, com reconhecida bravura e muitos cabedais, os interesses da Coroa. Esta, incapaz de suprir com seus próprios recursos o combate ao invasores holandeses, dependeu inúmeras vezes dos esforços e reforços provenientes do Rio de Janeiro.

Em 1625, o governador em exercício, Martim de Sá, convocou seu filho, Salvador Correia de Sá e Benevides, para ajudar no cerco aos holandeses na Bahia. Foi durante a travessia entre o Rio de Janeiro e a então capital do Estado do Brasil que Salvador de Sá encontrou, na altura do Espírito Santo, quatro navios inimigos comandados por Piet Heyn. O ataque que desencadearam contra as forças luso-brasileiras foi desastroso e Piet Heyn perdeu ali duas vezes mais homens do que no cerco à Bahia, no ano anterior. Para C. R. Boxer, isso se deveu à “destreza dos índios arqueiros que Salvador de Sá trouxera consigo dos aldeamentos fundados pelos jesuítas nas capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente”.¹⁰

Na década seguinte, após a tomada de Pernambuco pela Companhia das Índias Ocidentais (1630), o Rio de Janeiro passou a ser visto com outros olhos pela Coroa, uma vez que as intenções da WIC, de ampliar suas conquistas na América portuguesa, se tornaram uma ameaça real. A partir de 1637, ano em que Salvador Correia de Sá e Benevides tomou posse do cargo de governador e capitão-mor do Rio de Janeiro, quanto maior o medo e a ameaça dos holandeses, maior a proeminência que a cidade assumia e maior o poder conquistado pela família Correia de Sá. De acordo com Boxer, Salvador de Sá exigiu desta vez trezentos homens para ajudar na guarnição do Rio de Janeiro, pedido satisfatoriamente atendido numa época em que a Monarquia Hispânica sofria com dívidas da guerra travada tanto em solo europeu quanto em seus domínios ultramarinos e imperiais.¹¹

Ao ser informado da aclamação de D. João IV em 1640, Salvador de Sá ocupou-se de reportar a Lisboa a adesão do Rio de Janeiro e das “capitanias de baixo” à nova dinastia. Regressou a Portugal a fim de jurar fidelidade ao novo rei.

⁸ Apud BOXER, *op. cit.*, p 126.

⁹ *Idem*, p 72.

¹⁰ *Id. Ibidem*, p. 74.

¹¹ *Id. Ibidem*, p 125.

se faziam
tomaram
guardar as
à toa que
Janeiro se
partiu em
ndo oitenta
da cidade
nica, seus
onstrar sua
cedais, os
o combate
e reforços

o seu filho,
s na Bahia.
lo do Brasil
os inimigos
orças luso-
do que no
estreza dos
s fundados

panhia das
olhos pela
na América
de Salvador
tão-mor do
s, maior a
vela família
z trezentos
toricamente
da guerra
periais.¹¹
ador de Sá
pitânicas de
o novo rei.

Tão logo foi criado o Conselho Ultramarino (1642-1643), órgão dedicado a aconselhar o monarca sobre a política colonial, Salvador de Sá foi alçado à condição de conselheiro. Devido aos interesses que possuía no comércio intercolonial, tentou por diversas vezes ampliar sua jurisdição administrativa sobre o conjunto das "capitanias do sul". Foi no período de reconstrução do império marítimo português, durante a Guerra dos Trinta Anos, que apresentou a D. João IV e ao Conselho Ultramarino uma série de projetos para a ampliação de seus poderes e consolidação da hegemonia de sua família na praça fluminense¹². Dentre essas estratégias se encontra a sugestão de separação do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e das "capitanias de baixo" do controle do governo-geral na Bahia, cujo governador era, àquela época, Antônio Telles da Silva. Seu plano era fazer do Rio de Janeiro a capital da Repartição Sul, e ele próprio seu governador e capitão-general.

Segundo C. R. Boxer os argumentos utilizados por Salvador de Sá baseavam-se no perigo que corriam as terras ao sul da América portuguesa frente a uma possível invasão holandesa. A seu ver, o território americano era por demais extenso para ser administrado unicamente, a partir da Bahia, pelo governador-geral. Para melhor defender e manter a integridade da região sul propunha uma nova divisão, além da que havia sido feita em 1621, quando se criou o Estado do Maranhão e do Grão-Pará. Convinha, de acordo com seu alvitre, que a supervisão sobre as possessões meridionais da América portuguesa fosse concedida a um governador com inteira jurisdição, conhecedor do território e residente no Rio de Janeiro. Outro projeto submetido ao monarca foi o de fundação de uma nova capitania, a de Santa Catarina, entre São Vicente e o Rio da Prata, sobre a qual ele, Salvador de Sá, e seus herdeiros reivindicavam plena jurisdição.¹³

O plano de construção de uma nova divisão administrativa com sede no Rio de Janeiro não era de todo inédito. A denominada Repartição Sul foi criada pela primeira vez entre 1574 e 1578, estendendo-se ao norte até o limite setentrional da capitania de Porto Seguro; e uma segunda vez sob o governo de D. Francisco de

¹² Salvador de Sá é também requisitado para se pronunciar sobre os problemas relativos à guerra e suas possíveis soluções. Dentre elas, a reabertura do lucrativo comércio entre Brasil e Buenos Aires, assim como a recuperação de Angola dos holandeses de modo a incrementar o então ameaçado tráfico negreiro. A seu ver, a cidade de Buenos Aires deveria ser ocupada, e uma fortificação construída para controlar a entrada de navios no Rio da Prata. O passo seguinte seria a abertura de uma nova rota para Potosí e, finalmente, a conquista da maior mina de prata espanhola. A tomada de Buenos Aires era estratégica para o Rio de Janeiro, pois a região platina era responsável por grande parte de seu suprimento em couros e gêneros alimentícios. Em relação à ocupação de Angola pelos holandeses em 1641, Salvador de Sá sugeriu a organização de uma expedição composta pela guarnição da Bahia e por forças paulistas para socorrer Luanda. Luiz Felipe de Alencastro aponta o interesse de Salvador de Sá em restabelecer o comércio da prata e o tráfico de escravos no porto de Buenos Aires. O Conselho de Guerra também se manifestou a favor da retomada do comércio entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, de modo a assegurar a obtenção da prata peruana. Cf. ALENCASTRO, *op cit.*, p. 224.

¹³ Em 1675, Salvador de Sá requereu a doação das terras entre Paranaguá e o Rio da Prata. De acordo com C. R. Boxer, é possível interpretar este pedido como a retomada de seu antigo projeto de criação da capitania de Santa Catarina. Em março de 1676, como recompensa a seus serviços, o príncipe regente D. Pedro concedeu possessões territoriais naquela região a seu filho, João Correia de Sá. BOXER, *op. cit.*, p. 391.

Sousa (1608-1612), compreendendo o Espírito Santo e todas as capitanias meridionais. Salvador Correia de Sá e Benevides pretendia recuperar a jurisdição conferida a seu avô, Salvador Correia de Sá, o velho, que chefiou inúmeras expedições em busca de índios, minas de ouro, prata e pedras preciosas. Correia de Sá, o velho, sobrinho de Mem de Sá, foi governador por duas vezes do Rio de Janeiro (1568-1571 e 1577-1598) tendo, posteriormente, governado Pernambuco (1601-1602). Em 1614, dotado de amplos poderes e privilégios, foi nomeado governador das "capitanias de baixo" com o objetivo de explorar potenciais jazidas de ouro e prata nos sertões adjacentes. Na tentativa de dar continuidade às atividades do avô, Salvador Correia de Sá e Benevides defendeu o projeto de exploração das minas de São Paulo. Todavia, seus intentos de autonomia administrativa do governo do Rio de Janeiro e de exploração das minas de São Paulo foram vetados. A decisão de D. João IV, com base nos pareceres do Conselho Ultramarino, garantiu-lhe plenos poderes sobre as "capitanias de baixo", algumas ainda sob a jurisdição de donatários, somente em tempos de guerra.¹⁴

Edval de Souza Barros destaca a importância conferida à defesa das capitanias de baixo e a proeminência da cidade do Rio de Janeiro no intenso debate encetado no Conselho Ultramarino e em suas deliberações no período pós-Restauroação portuguesa, momento em que a cidade de Luanda, capital de Angola e principal porto exportador de escravos, foi conquistada pelos holandeses (1641-1648). Em 1646 a discussão referente à escolha de um novo governador para o Rio de Janeiro foi extenuante. A disputa entre parcialidades por maior estatuto político – entre Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo, e entre seus respectivos governadores; ou ainda entre os candidatos ligados aos interesses e às clientelas dos ministros do Conselho Ultramarino e dos governadores coloniais em exercício – levava a arbítrios divergentes sobre a escolha daquele que poderia representar seus respectivos interesses no governo de uma capitania que pouco a pouco ganhava reconhecido destaque no Atlântico Sul.¹⁵

Com a saída do anterior governador, Francisco de Souto Maior (1644-1645), indicado pelo governador-geral Antônio Telles da Silva, e nomeado para capitanear a primeira expedição de reconquista de Angola, Salvador de Sá recomendou insistentemente seu tio, Duarte Correia Vasqueanes, para substituí-lo no governo do Rio. As constantes interferências do governador-geral visavam derrubar o poderio dos Correia de Sá. Apesar das oposições a esta poderosa família, o argumento da maioria dos conselheiros, tendo em vista a importância da praça do Rio de Janeiro, era o de que, para sua boa segurança, D. João IV fosse servido nomear como capitão-mor dela pessoa de toda satisfação e de muita prática

¹⁴ BARROS, Edval de Souza. "Negócios de tanta importância": O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2008, p. 300.

¹⁵ *Idem*, especialmente capítulo 5, "Salvador Correia de Sá, o governo das 'capitanias de baixo' e a jornada de Angola", pp. 275-301.

na "guerra do Brasil". Requeria-se do novo governador uma grande habilidade na prática administrativa devido à importância estratégica da cidade na conjuntura das guerras ultramarinas. O Conselho receava nomear uma vez mais Salvador de Sá para assumir o posto, provavelmente devido à sua grande influência; contudo, pela falta de opção e pelo tempo já gasto sem a escolha de um novo nome, foi indicado seu tio, Duarte Correia Vasqueanes. Afinal, o voto do próprio Salvador de Sá, como membro do Conselho Ultramarino, era o de que:

"(...) o governo do Rio de Janeiro é dos mais importantes que Vossa Majestade tem nas conquistas deste Reino por o sitio da praça e por ser cabeça da repartição do sul, pela gente ser muito belicosa, e em razão disso foi fundado este governo com grandes jurisdições e ainda separado do da Bahia por algumas vezes, mas como foram governar aquele Estado pessoas poderosas, não somente o tornaram a unir, senão lhe limitaram a jurisdição, de modo que as pessoas que convém vão àquela praça o não querem fazer pela sujeição e limitação de poderes, e hoje com grande excesso, e as que o pretendem, passando por isto mostram a necessidade que os obriga o Estado do Brasil, como Vossa Majestade sabe e ele, Salvador Correia conhece de experiência".¹⁶

As incessantes discussões entre Salvador de Sá, Antônio Telles da Silva e os ministros do Conselho, assim como a decisão final de D. João IV, são significativas, pois revelam, por um lado, a vasta experiência e a grande capacidade de articulação dos Correia de Sá, e por outro, a centralidade política e estratégica que a cidade do Rio de Janeiro adquiriu ao se declarar a favor da independência portuguesa e à aclamação de D. João IV. O Rio de Janeiro, capitaneado pela família Sá, se tornava a partir de então um pólo irradiador de vassalagem e de fidelidade ao novo rei para atingir e salvar as partes ameaçadas do império, assumindo reconhecido destaque na geopolítica imperial. Ao mesmo tempo, sua posição geográfica favorável à articulação entre o comércio intercolonial e o tráfico de escravos atraiu um novo perigo de invasão. Desde que, em 1641, os holandeses ocuparam Angola, a Coroa passou a temer ainda mais uma incursão da WIC àquela importante praça comercial.

Em fins de 1646 chegou igualmente a Lisboa a notícia de que uma esquadra holandesa aportara no Recife com o potencial de causar "grandes danos, e em particular na repartição do Sul, cuja cabeça é o Rio de Janeiro".¹⁷ Segundo Edval de Souza Barros, o temor:

"de se perder o Rio de Janeiro e, na esteira de sua tomada, as capitanias de São Vicente e Espírito Santo, com evidente risco para abastecimento da Bahia e ameaçando abortar o descobrimento de minas de esmeraldas, projeto no qual a

¹⁶ *Id. ibidem*, pp. 289-290.

¹⁷ *Id. ibidem*, p. 293.

Coroa depositava grandes esperanças, exigia que pelo menos dez caravelas com quinhentos homens e o mais necessário fossem enviados prontamente”.¹⁸

Era imperioso fortificar e guarnecer a cidade a todo custo, devido à sua posição estratégica para a recuperação das possessões ultramarinas ameaçadas pelo inimigo batavo. Salvador Correia de Sá e Benevides, que ainda se achava em Lisboa, foi encarregado de comandar as tropas de socorro, com a patente de General das Frotas do Brasil. Foi igualmente incumbido de, uma vez no Rio, auxiliar e supervisionar as forças expedicionárias organizadas para a reconquista de Angola, pois acabara de chegar a notícia do fracasso e da morte de Francisco de Souto Maior, anteriormente enviado com a missão de expulsar os holandeses.

Sem ter sua principal reivindicação atendida pela Coroa – o ser nomeado governador da Repartição Sul – prontificou-se a recuperar a cidade de Luanda e, uma vez vitorioso, a assumir o cargo de governador de Angola. A perda daquela praça havia prejudicado em demasia o tráfico de escravos, fonte de lucros não apenas para a família Sá, mas para todo um conjunto de interesses a ela associados. Ao mesmo tempo, e ainda quando se achava em Lisboa, descobriu-se que o verdadeiro alvo da esquadra holandesa que aportara em Pernambuco em 1646 não era o Rio de Janeiro, nem as “capitanias de baixo”, e sim a Bahia. Esta notícia prejudicou a mobilização da frota de socorro a Angola, substituída pela preparação de uma esquadra que, partindo de Portugal, deveria seguir em direção à Bahia. Salvador de Sá não deixou de demonstrar sua insatisfação diante da posição do Conselho Ultramarino de relegar a recuperação de Angola ao segundo plano. No entanto, após o envio de uma carta ao rei, na qual declarava não aceitar a subordinação ao governador-geral Antônio Telles de Menezes, D. João IV consentiu em seu pedido, fazendo-o partir separadamente para o Rio de Janeiro, onde conseguiria maiores provisões para a empreitada de recuperação de Angola. Ao aportar no Rio, os moradores contribuíram generosamente para o apresto da esquadra destinada a São Paulo de Luanda. De acordo, tanto com Boxer, quanto com Alencastro, disponibilizaram grande quantia para financiar a expedição. A armada que partiu do Rio em direção a Luanda era composta por quinze navios, fruto da contribuição voluntária de seus moradores e da própria família Sá.¹⁹ Ainda em 1648, Salvador Correia de Sá e Benevides conseguiu expulsar os holandeses e reconquistar Angola.

Só após o falecimento de D. João IV, Salvador de Sá regressou, em 1658, ao Rio de Janeiro, já então nomeado governador e capitão-general da Repartição do

¹⁸ *Id. Ibidem*, p. 293.

¹⁹ BOXER, *op. cit.*, p. 267. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, a expedição luso-fluminense de reconquista de Angola (1648) foi motivada mais pelo interesse de retomar o tráfico atlântico de escravos africanos, possibilitando sua venda em Buenos Aires a fim de garantir o afluxo da prata peruana na América portuguesa, do que pela intenção de fornecer mão-de-obra às plantações de açúcar, que eram escassas e não rendiam lucros semelhantes. ALENCASTRO, *op. cit.*, pp.110 e 223.

caravelas com
te".¹⁸

devido à sua
ameaçadas
achava em
patente de
Rio, auxiliar
de Angola,
co de Souto

ser nomeado
de Luanda e,
orda daquela
lucros não
esses a ela
descobriu-se
Pernambuco em
Bahia. Esta
stituída pela
em direção à
e da posição
do plano. No
ão aceitar a
IV consentiu
aneiro, onde
Angola. Ao
apresto da
Boxer, quanto
pedição. A
cinze navios,
Sá.¹⁹ Ainda
holandeses e

u, em 1658,
Repartição do

reconquista de
s, possibilitando
sa, do que pela
endiam lucros

Sul, dispondo efetivamente de amplos poderes e de jurisdição independente do governador-geral na Bahia. Naquela altura retomou seus antigos planos não autorizados pela Coroa: a criação da capitania de Santa Catarina, entre São Vicente e o Rio da Prata, a possibilidade de reaver o comércio, ou contrabando, entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires e a intenção de descobrir ouro e metais preciosos em território paulista. Contudo, seus projetos mais uma vez ficaram sem resposta. A rainha regente, D. Luísa de Gusmão, não chegou a nenhuma decisão no que se refere à sua aprovação. Por outro lado, a nomeação de Salvador de Sá com patente de governador e capitão-general da Repartição do Sul não levou ao fim das disputas e conflitos jurisdicionais entre o governo do Rio de Janeiro e o governo-geral do Brasil. Em 1656, Francisco Barreto, antigo mestre de campo das forças portuguesas em Pernambuco, foi nomeado governador-geral. Como afirma C. R. Boxer,

"Barreto e Salvador discordaram no tocante aos limites territoriais da nova *Repartição do Sul*, ponto que não deixavam muito claro os termos da patente e da comissão de que o último era portador. Salvador sustentava que a capitania do Espírito Santo estava incluída em sua esfera, tal como acontecera nas duas anteriores delimitações das capitanias do sul (em 1574 e 1608); mas Barreto, de seu lado, pensava que só o Rio de Janeiro e as capitanias que lhe ficavam mais ao sul (ditas *capitanias de baixo*) deviam considerar-se implicadas nos termos da patente. O governador-geral, não querendo receber um novo contra da corte, escreveu para Lisboa, dizendo que embora não concordasse com as exigências territoriais, ele lhe havia feito a entrega do Espírito Santo, além do Rio de Janeiro e das capitanias situadas mais ao sul".²⁰

Ainda assim, essas disputas não impossibilitaram Salvador de Sá de atingir novos objetivos a partir do momento em que garantiu para si o governo da Repartição do Sul. A possibilidade de reviver o mito hispânico do El Dorado e encontrar a Serra das Esmeraldas e de Sabarabuçu não havia esmorecido, apesar de anteriores insucessos. As jornadas de seu avô e de seu pai haviam contribuído para a crença na existência de minas de metais preciosos ainda não descobertas. Já haviam se passado quase duas décadas da Restauração portuguesa e as pretensões de conquista de Buenos Aires e da reativação do comércio com o Rio da Prata tornaram-se mais remotas. Contudo, sua nomeação como governador e capitão-general da Repartição Sul significava o reconhecimento de seus serviços e o exercício de seu poder sobre toda uma extensa região que possuía como epicentro ou, como se dizia então, cabeça, a cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Alencastro, as dificuldades impostas para a continuidade do comércio intercolonial, sobretudo na região do Prata, ocasionaram uma significativa redução no fluxo de minérios para a América portuguesa, promovendo o

²⁰ BOXER, *op. cit.*, p. 318.

recrudescimento da procura, em seu próprio território, de jazidas de ouro e prata. A "Jornada das Esmeraldas" protagonizada por Salvador de Sá, acompanhado de seu filho, foi um completo fracasso. Ao receber notícias promissoras do achado de metais preciosos na região de Paranaguá, o governador passou a liderança da expedição a Tomé Correia de Alvarenga. A imposição de novos tributos, as contendas jurisdicionais entre São Paulo e Rio de Janeiro e o controle dos Sá sobre os mais destacados postos administrativos da capitania fluminense ocasionaram a irrupção, em 1660, da Revolta da Cachaça.²¹ Depois de ser destituído do governo do Rio em função da execução sumária de um dos líderes da revolta, Salvador Correia de Sá e Benevides retornou a Portugal, de onde não mais regressaria ao Brasil. Não se sabe ao certo a data de seu falecimento, porém calcula-se entre 1682 e 1687.

No entanto, no que diz respeito ao argumento-chave aqui explicitado, em virtude de sua localização estratégica e privilegiada, a cidade do Rio de Janeiro, impulsionada pelas trocas mercantis realizadas com o interior da América e com o continente africano, conquistou um irreversível destaque no período de recuperação das possessões imperiais lusas após a Restauração portuguesa e ao longo da Guerra dos Trinta Anos. As consecutivas vitórias decorrentes dos serviços prestados à dinastia dos Bragança pelos moradores da cidade – em grande parte coordenados pelo clã dos Sá, e principalmente por Salvador Correia de Sá e Benevides – foram fulcrais para sua crescente proeminência imperial. De modo que a pequena praça fluminense foi capaz, ao longo do século XVII, de se firmar como uma importante cidade do império português, tanto por motivos internos, no que se refere à sua posição estratégica e à sua autonomia no interior do continente americano, quanto por razões atreladas à conjuntura do império marítimo português.²² A proeminência alcançada por Salvador Correia de Sá e Benevides ao longo de sua trajetória política foi crucial para a conquista dos interesses mercantis – seus, de sua parentela e da Coroa – a partir de uma série de práticas desenvolvidas na praça comercial do Rio de Janeiro. Deter o controle sobre a Repartição Sul com sede no epicentro responsável por intercomunicar os demais territórios do Atlântico garantiu ao Rio de Janeiro grande destaque na dinâmica das possessões ultramarinas portuguesas. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, "pouco a pouco desenha-se a hegemonia do porto fluminense (...). o Rio de Janeiro consolida sua vocação oceânica, reafirmada no século XVIII na sua posição de pólo do comércio de Minas Gerais e de capital do Vice-Reino (1763)".²³

²¹ Sobre a "Revolta da Cachaça", cf. FIGUEIREDO, Luciano R. de A. *Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo: FFLCH – USP, 1996 (Tese de Doutorado inédita); CAETANO, Antonio Filipe Pereira. *Entre a sombra e o sol. A Revolta da Cachaça e a crise política fluminense (1640-1667)*. Maceió: Q-Gráfica, 2009.

²² Cf. SAMPAIO, *op. cit.*, especialmente capítulo 3, "Na encruzilhada do império: o Rio de Janeiro nos quadros do 'mundo lusitano'", pp. 139-184.

²³ ALENCASTRO, *op. cit.*, p. 203.

Segunda conjuntura, século XVIII: Gomes Freire de Andrade

Os últimos anos dos seiscentos iriam testemunhar a promessa de riquezas e uma outra força centrífuga atrairia o Rio de Janeiro em direção ao sertão, sem, no entanto, ferir seu estatuto de praça comercial e marítima, conferindo-lhe, ao contrário, maior importância e centralidade no centro-sul da América portuguesa. A descoberta do ouro pelos paulistas inauguraria um novo século e também uma nova fase, constituindo-se em marco fundador de um longo período de prosperidade, multiplicando os sentidos e alargando o raio das rotas percorridas por navios e mercadorias que transitavam a partir da e com destino à cidade do Rio de Janeiro.

A partir do governo de D. Manuel Lobo, e da fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, os poderes dos governadores do Rio de Janeiro foram sucessivamente ampliados. De acordo com a provisão de 12 de Novembro de 1679, as capitanias do sul voltaram a depender da jurisdição do Rio de Janeiro, mais uma vez autônoma em relação à Bahia. A carta régia de 2 de março de 1689 determinou que cabia aos seus governadores prover postos militares e das ordenanças. A 14 de janeiro de 1693, a Coroa conferia-lhes ampla jurisdição em tudo o que se referisse às minas recém-descobertas. O alvará de 27 de dezembro do mesmo ano, outorgava-lhes alargados poderes em relação à defesa da capitania, podendo criar povoações e dar-lhes regimentos pelos quais se governassem política, civil e judicialmente. Artur de Sá e Meneses, nomeado a 12 de janeiro de 1697, foi o primeiro governador com patente de capitão general. No mesmo ano, a 27 de dezembro, foi-lhe concedida jurisdição sobre as minas, sem outra subordinação além de ao próprio rei. Em Novembro de 1698, a capitania de São Paulo subordinou-se ao governo do Rio de Janeiro, salvo em competências da justiça, que continuavam sob a alçada do Tribunal da Relação da Bahia.²⁴ Um ano depois, em novembro de 1699, foi a vez da Colônia do Sacramento sujeitar-se ao Rio de Janeiro. Segundo Felisbello Freire, antigo historiador da cidade, no final do século XVII, "o Rio de Janeiro era a metrópole, a vida administrativa e política do Sul".²⁵ A carta régia de 10 de Dezembro de 1701 confirmaria, uma vez mais, que os territórios e capitanias do sul, incluindo São Vicente, São Paulo, Santos e as minas recém-

²⁴ A vila de São Paulo de Piratininga, fundada em 1554, em torno do Colégio dos Jesuítas, abria-se às rotas do sertão, constituindo-se, segundo Heloisa Bellotto, numa "zona de transição, entroncamento de caminhos. Galgada a serra, a penetração poderia ser feita, por São Paulo, para os campos do Sul, para as serranias mineiras e para o Oeste, sempre ao longo dos rios". Bellotto afirma ainda que após a Restauração, o bandeirismo de apresamento decaiu, entre outras razões, devido à crescente introdução de africanos. As atenções dos paulistas voltaram-se então para a procura mais intensiva do ouro, o que levou ao achamento das minas de Cataguazes. A descoberta oficial do ouro data de 1693-1694, com os achados de Antônio Rodrigues Arzão e de Bartolomeu Bueno de Siqueira. BELLOTTO, Heloisa L, *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, 2ª ed. revista, São Paulo, Alameda, 2007, pp. 23-24.

²⁵ FREIRE, Felisbello, *História da Cidade do Rio de Janeiro*, vol. I (1584-1700), Rio de Janeiro, Typ. da "Revista dos Tribunais", 1912, p. 303.

descobertas permanecessem subordinados ao governo do Rio.²⁶ Em novembro de 1709, porém, foi criada a capitania de São Paulo e Minas, cabendo sua administração a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Surgia, assim, para parafrasear a expressão cunhada por Luiz Felipe de Alencastro, o tripé Rio de Janeiro – Minas – Colônia do Sacramento, que viria se somar, em novos moldes, e com uma importância geo-política jamais vivida anteriormente por aquela capitania, ao triângulo negreiro Rio de Janeiro – Luanda – Buenos Aires.²⁷ O porto do Rio de Janeiro constituir-se-ia a partir de então, e por todo o século XVIII, num crescente receptor de escravos e de mercadorias européias e asiáticas, assim como no maior escoador das riquezas coloniais, transformando-se, como afirmava Antônio Rodrigues da Costa, conselheiro do Conselho Ultramarino, em "uma das pedras mais preciosas que ornam a coroa de Vossa Majestade, de cuja conservação e bom governo depende a segurança das Minas, e ainda de todo o Brasil".²⁸

Foi nesse contexto, assim como no da expansão das fronteiras portuguesas para as regiões sul e centro-oeste da América, que ganhou destaque o governo de Gomes Freire de Andrade (1733-1763). Não há outro governador que tenha ocupado por tanto tempo o ofício em qualquer das capitanias na América ou mesmo em outras partes do império português. A partir de 1735 acumulou o governo do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Em 1748 tornou-se também governador de São Paulo, desdobrando sua administração sobre as recém-criadas capitanias de Goiás e do Mato Grosso. Exímio diplomata e estrategista militar, nas negociações do Tratado de Madri (1750), destacou-se como ministro plenipotenciário nas conferências com o governador de Buenos Aires sobre a demarcação dos limites e das fronteiras meridionais da América. Em sua gestão uma nova capitania seria criada: a do Rio Grande de São Pedro.

Partindo Gomes Freire, em 1735, para assumir seu novo posto em Minas Gerais, o governo do Rio foi entregue ao mestre-de-campo Matias Coelho de Souza, até que chegasse o bigadeiro José da Silva Pais, nomeado governador interino. Durante a administração de Silva Pais novas hostilidades entre espanhóis e portugueses eclodiram tanto na Europa, quanto no sul da América. Em outubro de 1735, sem que se soubesse ao certo o que se passava entre Portugal e Espanha, chegaram ao Rio notícias do deflagrar aberto de hostilidades entre os governadores de Buenos Aires e da Colônia do Sacramento, armando-se o grande sítio castelhano que esta sofreria nos dois anos seguintes (1735-1737).²⁹

²⁶ Segundo F. Freire, uma carta régia anterior, de 22 de novembro de 1698, sujeitava as terras do sul ao governo-geral da Bahia, ficando anexas ao governo do Rio de Janeiro. FREIRE, *op. cit.*, vol. II, pp. 408-409.

²⁷ ALENCASTRO, *op. cit.*, p. 45.

²⁸ Parecer de Antônio Rodrigues da Costa, Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de abril de 1712. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Rio de Janeiro (RJ), Documentos Avulsos, Caixa 9, doc. 47.

²⁹ Cf. ALMEIDA, *op. cit.*; PRADO, *op. cit.*, e POSSAMAI, *op. cit.*

ovembro de
abendo sua

iz Felipe de
que viria se
mais vivida
- Luanda -
então, e por
mercadorias
is coloniais,
selheiro do
a coroa de
gurança das

s fronteiras
destaque o
emador que
América ou
acumulou o
se também
cém-criadas
militar, nas
o ministro
es sobre a
sua gestão

o em Minas
o de Souza,
dor interino.
spanhóis e
outubro de
e Espanha,
governadores
castelhano

sul ao governo-

1712. Arquivo

A 12 de março de 1736 chegaram ordens de Lisboa para que Silva Pais rumasse, ele próprio, para o sul, e para que Gomes Freire retornasse ao Rio de Janeiro. O ano de 1737 marcou o estabelecimento mais sistemático da administração portuguesa no território do Rio Grande de São Pedro. De acordo com as instruções recebidas, José da Silva Pais deveria ocupar e fortificar o Rio Grande, tomar Montevidéu e preparar uma terceira expedição de socorro à Colônia do Sacramento.

A expedição saiu do Rio de Janeiro em junho de 1736. Silva Pais levava instruções para desembarcar em Santa Catarina, onde juntar-se-ia aos paulistas que, devido à dificuldade em furar o cerco espanhol por terra, acabaram por não chegar. Demorou-se mais do que o previsto naquele porto, e quando saiu, em início de agosto de 1736, as embarcações de sua esquadra dispersaram-se devido às tormentas e à chegada de reforços enviados de Madri, frustrando o ataque a Montevidéu. Sem outra alternativa e coagido pelos espanhóis, Silva Pais rumou para o Rio Grande a fim de formar corpo de cavalaria para socorrer a Colônia do Sacramento.

A correspondência entre Silva Pais e Gomes Freire demonstra a diferença de posicionamento de ambos caso fosse necessário uma opção entre defender Sacramento e povoar o Rio Grande. A opção de Gomes Freire pendia para a manutenção da Colônia, mesmo que isso significasse, por falta de contingentes e/ou de recursos, o abandono do Rio Grande. Seu alvitre não era motivado por uma preferência desinteressada, e sim por uma rede de alianças e interesses que o ligavam a comerciantes do Rio de Janeiro que possuíam negócios em Sacramento e no rio da Prata. Como governador do Rio, Gomes Freire provavelmente falava também em nome desses interesses, dando-lhes suporte político.³⁰

O período posterior ao Tratado de Utrech (1713-1715), que pusera fim à Guerra de Sucessão da Espanha (1703-1713), havia definitivamente consolidado o papel da Colônia do Sacramento como um ponto de conexão comercial com Buenos Aires e, por seu intermédio, com os demais territórios e mercadorias das Índias de Castela, sobretudo a prata. Mercadores luso-brasileiros, em vez de competir, interagiam e operavam de forma complementar com grupos mercantis de Buenos Aires e Montevidéu. Redes familiares, comerciais e administrativas davam suporte ao intenso tráfico de escravos e gêneros provenientes de Portugal e de outras partes da Europa. Terminado em 1737 o cerco espanhol à Colônia do Sacramento, parte das forças remetidas para sua defesa foram distribuídas pelo Rio Grande e por Santa Catarina. A partir de então iniciar-se-ia a colonização mais intensiva daqueles territórios, abrindo-se estradas e caminhos pelos seus vastos sertões.

A partir do estabelecimento do Rio Grande de São Pedro – assim como da importância da ilha de Santa Catarina como escala para a defesa da Colônia do

³⁰ Cf. CEBALLOS, *op. cit.*; OSÓRIO, *op. cit.*; GIL, *op. cit.*

Sacramento – a indefinição de atribuições acerca de a qual dos governos – do Rio ou de São Paulo – deveriam ficar subordinados os novos territórios, apresentava-se como um problema latente. Gomes Freire escreveu à Corte em 1737 afirmando que:

“a parte da Capitania de S. Paulo que borda a marinha e Costa do Sul está tão falta de interesses que vivem em grande pobreza a maior parte dos seus moradores e também que reconheci em esta guerra quanto será conveniente esteja debaixo de um só mando toda a marinha até a Colônia[do Sacramento] o que mais se necessita para que com regularidade se acuda a Ilha de Santa Catarina”.³¹

Interessante é que o mesmo alvitre possuía Gomes Freire para a destituição da jurisdição que o governador de São Paulo tinha sobre Goiás e Cuiabá, no Mato Grosso. Insistia, repetindo mais uma vez os mesmos argumentos, não apenas na preeminência do governo e do governador do Rio sobre os territórios centrais da América portuguesa, mas inclusive na subordinação de São Paulo à sua jurisdição. Porém, o que mais chama a atenção é que sua habilidade política e grande capacidade de negociação persuadiram D. João V com o argumento da eficácia da centralidade da jurisdição do governador do Rio de Janeiro sobre um grande, rico e promissor território que se ramificava quer pelas marinhas e possessões no sul, incluindo o litoral e o interior de São Paulo, quer pelos sertões auríferos, abrangendo Minas Gerais e os recentes descobertos em Goiás e Mato Grosso. Sugeriu que o governo de Goiás ficasse subordinado ao governador das Minas, ou seja, a ele próprio.

Em agosto de 1738 uma provisão régia separou a Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande de São Pedro da jurisdição de São Paulo, subordinando-os ao governo do Rio de Janeiro, para que ficassem “todos os portos e lugares da marinha debaixo de um só mando”. Em dezembro de 1740, nova resolução retirou Laguna da jurisdição de São Paulo, passando-a para a do Rio de Janeiro.³² A 29 de Janeiro de 1748, dez anos depois das instâncias de Gomes Freire sobre a inutilidade de um governador com patente de capitão-general na capitania de São Paulo, o Conselho Ultramarino afirmava que um governo independente só havia sido outrora necessário por ser “São Paulo o caminho e comunicação das Minas Gerais”, impondo-se que ali se nomeasse “governador que pudesse mais facilmente acudir as ditas Minas quando os negócios delas o requeressem”. Naquele momento, no entanto, considerava ser “tão supérflua a assistência do Governador e Capitão General” naquela capitania, como “a reputa[va] indispensável nos distritos de Goiás e Cuiabá”.³³ Com a extinção, em 1748, do governo autônomo de São Paulo, seus territórios, que se estendiam até os confins de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e da

³¹ FREIRE, *op. cit.*, p. 583.

³² BELLOTTO, *op. cit.*, p. 25.

³³ *Idem*, p. 27.

nos – do Rio representava-se irmando que:

“... está tão falta s moradores e aja debaixo de que mais se na”.³¹

Freire para a bre Goiás e argumentos, os territórios de São Paulo à sua de política e argumento da ro sobre um marinhas e pelos sertões Goiás e Mato Governador das

da Catarina e rando-os ao s da marinha u Laguna da e Janeiro de dade de um o Conselho sido outrora as Gerais”, mente acudir omento, no r e Capitão os de Goiás Paulo, seus Janeiro e da

Ilha de Santa Catarina passaram a ser administrados, em termos militares, pelo governador da praça de Santos. Este, por sua vez, subordinava-se ao governador do Rio de Janeiro.³⁴

O alvará de 9 de Maio de 1748 criou as capitanias de Goiás e de Mato Grosso, cujos territórios, desmembrados da jurisdição de São Paulo, passaram a ser governados interinamente por Gomes Freire de Andrade.³⁵ A partir daquele ano, até 1752, quando D. António Rolim de Moura, primeiro governador do Mato Grosso, chegou àquela capitania, a jurisdição de Gomes Freire impunha-se sobre toda a extensão do centro-sul da América Portuguesa, desde a Colônia do Sacramento, passando pelo Rio Grande de São Pedro, Santa Catarina e São Paulo, até os limites ainda fluidos das possessões espanholas, cujas fronteiras, se é que existiam, eram representadas pelas missões do Paraguai, a sul, e pelos aldeamentos de Moxos e Chiquitos a oeste.³⁶

Um conceito utilizado por Renata K. Malcher de Araújo em seu trabalho sobre a capitania do Mato Grosso é o de “chave”. De acordo com a autora, “relativamente ao Mato Grosso o conceito de ‘chave do Brasil’ aparecia já no século XVII quando o Padre Simão Estácio de Vasconcelos diz que os rios Amazonas e Paraguai [ao norte e ao sul] são ‘duas chaves de prata que fecham a terra do Brasil’”. No bojo da discussão do Tratado de Madri o Mato Grosso era visto na Corte de Lisboa como a “chave” do “sertão” do Brasil, com a qual se podia abrir ou fechar a fronteira com os territórios de Espanha. Era, portanto, “o espaço simbólico da coesão do Brasil na medida em que representava a união entre o norte e o sul.”³⁷

O termo chave era igualmente utilizado por governadores, vereadores e ministros lisboetas ao se referirem ao Rio de Janeiro. Os oficiais da Câmara do Rio, ao escreverem ao rei em 1757, afirmavam “ser aquela Cidade a mais invejada das nações, por [ser] chave dos imensos tesouros que a Divina Onipotência quis dar à Vossa Majestade no vasto continente daqueles sertões”.³⁸ Um ano depois, o Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, escrevia que o Rio de Janeiro era a chave dos “preciosíssimos tesouros” das minas, por servir de “empório ao comércio e às

³⁴ A restauração de São Paulo como capitania com governo independente do Rio de Janeiro se deu com a nomeação de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, por decreto régio em 5 de Janeiro de 1765, após a morte de Gomes Freire. Heloisa Belloto menciona ofício do Conde da Cunha, de 12 de agosto de 1764, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no qual afirmava: “matéria que necessita de providência é a prejudicial impossibilidade que há para poder governar a Capitania de São Paulo o Governador do Rio de Janeiro; porque uma Capitania tão larga e tão distante desta, com habitantes excessivamente inquietos e revoltosos, em território abundante em minas de ouro e nas vizinhanças dos Castelhanos, parece que são motivos para deverem ter um bom Governador, e Capitão General como eles pretendem, e como, muitos anos houve”. BELLOTTO, *op. cit.*, p. 43.

³⁵ *Idem*, p. 26.

³⁶ ARAÚJO, Renata K. M. de. *A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII. Discurso e Método*, vol. I. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, (tese de doutorado inédita), p. 54.

³⁷ *Idem*, p. 41.

³⁸ AHU, Códice 234, fls. 328-329. Carta dos Oficiais da Câmara ao Rei, de 13 de agosto de 1757.

preciosidades da mais importante porção da América Portuguesa".³⁹ Se ao enviar instruções a Gomes Freire de Andrade, em plena Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Sebastião José de Carvalho e Melo preocupava-se com o perigo externo, ou seja, com o dano que as monarquias inimigas poderiam causar se invadissem e saqueassem a cidade, seu estatuto de "chave" do governo e da administração das riquezas que se concentravam no centro-sul da conquista portuguesa era justificado não apenas devido à importância e à significação de seu porto e dos negócios que centralizava e irradiava entre o Atlântico e as Minas, mas em razão igualmente de sua posição geo-estratégica na construção do território e das fronteiras interiores que delimitaram os domínios e as soberanias de Portugal e Espanha no centro-sul da América.

Em 1765, D. Luiz Antônio de Souza, Morgado de Mateus, primeiro governador nomeado desde 1748 para a capitania de São Paulo, chegava ao Rio, proveniente de Lisboa. Antes de seguir viagem para assumir seu posto, mantivera entusiástica correspondência com o Conde de Oeiras, deixando transparecer sua grande admiração pelo porto do Rio de Janeiro, que lhe fizera sentir "uma especial satisfação por ele ser dos domínios do nosso Augustíssimo Monarca". Referia-se a um processo que vinha se constituindo ao longo de toda a primeira metade daquela centúria. Dizia que,

"pelas notícias e informações de pessoas práticas que incessantemente tenho ouvido desde que desembarquei, e por tudo o que tenho observado, considero hoje o Rio de Janeiro a chave deste Brasil pela sua situação, pela sua capacidade, pela vizinhança que tem com os domínios de Espanha e pela dependência que desta cidade têm as Minas com o interior do país, ficando por este modo sendo[sic] uma das pedras fundamentais em que se afirma a nossa Monarquia e em que [se] segura uma parte muito principal de suas forças e das suas riquezas".⁴⁰

É igualmente recorrente na documentação, tanto referente ao Mato Grosso, quanto ao Rio de Janeiro, o termo "antemural". Renata de Araújo cita uma consulta do Conselho Ultramarino sobre a criação das capitanias de Goiás e do Mato Grosso que, em relação especificamente a esta última, afirmava que "por meio do estabelecimento do Governo, como por todos os outros que ocorrerem, se procure fazer a colônia do Mato Grosso tão poderosa, que contenha os vizinhos em respeito, e sirva de antemural a todo o interior do Brasil".⁴¹

Em abril de 1762, Gomes Freire de Andrade, já então agraciado por D. José I com o título de Conde de Bobadela, escrevia ao Conde de Oeiras afirmando ser o Rio de Janeiro o maior:

³⁹ AHU, RJ, Avulsos, Cx. 64, doc 75; e Cx. 65, doc. 25.

⁴⁰ AHU, RJ, Avulsos, Cx. 80, doc. 22. Carta de D. Luiz Antônio de Souza ao Conde de Oeiras. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1765. (grifos meus)

⁴¹ ARAÚJO, *op. cit.*, p. 99.

Se ao enviar Anos (1756-1763) externo, ou invadissem e administração das era justificado negócios que igualmente de Minas interiores no centro-sul

seus, primeiro chegava ao Rio, isto, mantivera desapareceu sua importância especial. Referia-se a cidade daquela

temente tenho considero hoje capacidade, pela importância que desta sendo[sic] uma e em que [se] ...”⁴⁰

Mato Grosso, uma consulta a Mato Grosso por meio do ... n, se procure ... s em respeito,

...ciado por D. ... ras afirmando

... de Janeiro, 26 de

“Empório do Brasil, pois tem este porto as circunstâncias de uma posição e defesa fortíssima e de uma barra incomparável. As principais forças militares que há no Brasil nele se acham; aqui entram, saem, e se manejam milhões [...] e a parte mais própria para dar socorros ao Norte ou ao Sul é sem questão este porto”.

Dizia ainda que “as maiores causas, ou demandas do Brasil são sem dúvida as minerais”, e eram julgadas pelo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. E concluía:

“esta importante dependência, unida às já referidas [...] mostra que este Governo é a mais importante jóia deste grande Tesouro. Aqui correm e correrão ao diante os mais importantes negócios, tanto da Coroa, como dos Vassallos; e assim se deve contar como antemural destas províncias, de onde se podem socorrer e animar as outras”.

Sua carta era uma negação veemente à ordem de que ele abandonasse o Rio de Janeiro e se transferisse para a Bahia, então sede vice-reinado e capital do Estado do Brasil, para assumir o seu governo. Gomes Freire de Andrade tentava dissuadir o futuro Marquês de Pombal alegando que o fato de o novo governador nomeado para as Minas não ter ainda assumido o seu posto, e por considerar que os conflitos no sul demandavam administrador hábil, que residisse nas capitâncias centrais, julgava que abandonar o governo do Rio de Janeiro,

“sem cabeça, me faz grande dificuldade, pois ainda que ao presente esteja na regularidade e obediência devida, temo que em qualquer tempo que medeie possa haver desordem, e introduzida esta em uma Província que é o manancial de que pende e se fortifica a conservação do Reino e das Conquistas, poderá, rota a âncora, padecer o todo”.⁴²

Foi nesse contexto político internacional, assim que terminou a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que ocorreu a transferência da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro. Embora a cidade viesse passando por grandes transformações desde o século XVII e durante toda a primeira metade do XVIII, apenas em 1763 tornar-se-ia sede do vice-reinado. A documentação sobre esta decisão por parte da metrópole é escassa e pouco eloquente quanto às razões que a forjaram. Em 16 de abril de 1761, uma carta régia ordenava a Gomes Freire, como já se referiu acima, que passasse à Bahia e tomasse posse do governo do Estado. Em resposta, o então Conde de Bobadela julgava que abandonar o governo do Rio

⁴² AHU, RJ, Avulsos, Cx. 70, doc. 40. Offício do Conde de Bobadela para o Conde de Oeiras, expondo os motivos que o impediam de cumprir a ordem régia relativa à sua transferência para a Bahia. Rio, 12 de abril de 1762.

"sem cabeça, me faz grande dificuldade", por ser ela "o manancial de que pende e se fortifica a conservação do Reino e das Conquistas."⁴³

E no Rio de Janeiro Gomes Freire ficou até que, em janeiro de 1763, faleceu após uma rápida, mas fulminante doença.⁴⁴ A 11 de maio do mesmo ano nova carta régia nomeava D. António Álvares da Cunha vice-rei do Estado do Brasil, ordenando-lhe que passasse a residir na cidade do Rio de Janeiro. A 21 de dezembro o Conde da Cunha comunicava ter tomado posse do vice-reinado, já então instalado no Rio de Janeiro.⁴⁵ A transferência da capital do Estado do Brasil da Bahia para o Rio de Janeiro veio assim corroborar o caráter central que esta cidade, e seus governadores, vinham assumindo desde o início do século XVIII, *locus* articulador de toda a região centro-sul do território da América portuguesa.

Considerações finais

A cidade do Rio de Janeiro desenvolveu-se, desde a sua fundação em meados do século XVI, na confluência de interesses régios, de autoridades provenientes de Portugal e de grupos que, instalados na América portuguesa, deslocavam-se, pouco a pouco, para suas franjas e regiões meridionais. As conjunturas da aclamação de D. João IV (1640), das guerras de Restauração na península e no ultramar, das invasões e da expulsão dos holandeses nos dois lados do Atlântico, e, posteriormente, ainda no século XVII, da fundação da Colônia de Sacramento; a expansão aurífera nos sertões das Gerais em inícios do século XVIII, seguida pelas três décadas da gestão governativa de Gomes Freire de Andrade; a transferência da capital do Estado do Brasil da Bahia para o Rio de Janeiro; além dos tratados diplomáticos entre Portugal e Castela para demarcação das fronteiras sul de seus respectivos domínios americanos – que não analisamos aqui – acabaram por definir contextos muito particulares no avanço da territorialização da América portuguesa em seu eixo meridional.

À guisa de conclusão cabe destacar a determinação do poder régio em levar a cabo a ocupação física do território, chamando a si, por intermédio de seus governadores e demais autoridades militares e judiciais – como os ouvidores, não tratados neste artigo – o papel de orientar e conduzir o processo de construção territorial da porção sul do Brasil colonial. Impõe-se igualmente chamar atenção para a posição central ocupada pela cidade do Rio de Janeiro no empreendimento de territorialização de uma imensa área que se encontrava, até finais do século XVII, ainda por ser efetivamente ocupada. Nesse sentido, o estudo da construção política

⁴³ *Idem*. Sobre este tema, cf. BICALHO, A *Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, cap. 3.

⁴⁴ AHU, RJ, Avulsos, Cx. 72, doc. 1. Carta do Bispo do Rio de Janeiro ao Conde de Oeiras, de 15 de Janeiro de 1763.

⁴⁵ AHU, RJ, Avulsos, Cx. 76, doc. 43. Ofício do Conde da Cunha, de 21 de dezembro de 1763.

que pende e

de 1763,
o mesmo ano
do Brasil,
rio. A 21 de
re-reinado, já
do Brasil
tral que esta
século XVIII,
rtuguesa.

rações finais

fundação em
autoridades
portuguesa,
meridionais. As
restauração na
os dois lados
a Colônia de
século XVIII,
de Andrade; a
Janeiro; além
das fronteiras
anos aqui –
rialização da

der régio em
tédio de seus
uvidores, não
te construção
atenção para
endimento de
século XVII,
rução política

17. Rio de Janeiro:

15 de Janeiro de

do território do Estado do Brasil evoca, por um lado, a compreensão do processo simultâneo de construção da autoridade régia sobre o espaço meridional da América portuguesa; e, por outro, a percepção de que a coroa sempre dispôs, *in loco*, de poderosos aliados, tanto em termos sociais, quanto político-econômicos; recursos humanos e materiais mobilizados de acordo com as diferentes conjunturas aqui analisadas.

Bibliografia

Fontes

- AHU, Códice 234, fls. 328-329. Carta dos Oficiais da Câmara ao Rei, de 13 de agosto de 1757.
- AHU, Rio de Janeiro, Documentos Avulsos, Caixa 9, doc. 47. Parecer de Antônio Rodrigues da Costa, Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de abril de 1712.
- AHU, Rio de Janeiro, Documentos Avulsos, Cx. 64, doc 75.
- AHU, Rio de Janeiro, Documentos Avulsos, Cx. 65, doc. 25.
- AHU, Rio de Janeiro, Documentos Avulsos, Cx. 70, doc. 40. Ofício do Conde de Bobadela para o Conde de Oeiras, expondo os motivos que o impediam de cumprir a ordem régia relativa à sua transferência para a Bahia. Rio, 12 de abril de 1762.
- AHU, Rio de Janeiro, Documentos Avulsos, Cx. 72, doc. 1. Carta do Bispo do Rio de Janeiro ao Conde de Oeiras, de 15 de Janeiro de 1763.
- AHU, Rio de Janeiro, Documentos Avulsos, Cx. 76, doc. 43. Ofício do Conde da Cunha, de 21 de dezembro de 1763.
- AHU, Rio de Janeiro, Documentos Avulsos, Cx. 80, doc. 22. Carta de D. Luiz Antônio de Souza ao Conde de Oeiras. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1765

Estudos

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Luis Ferrand. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.
- ARAÚJO, Renata K. M. de. *A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII. Discurso e Método*, vol. I. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, (tese de doutorado inédita).
- BARROS, Edval de Souza. *"Negócios de tanta importância": O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2008.
- BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, 2ª ed. revista, São Paulo, Alameda, 2007.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOXER, C. R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Editora de Universidade de São Paulo, 1973.
- CAETANO, Antonio Filipe Pereira. *Entre a sombra e o sol. A Revolta da Cachaça e a crise política fluminense (1640-1667)*. Maceió: Q-Gráfica, 2009.
- CEBALLOS, Rodrigo. *Aribadas Portuguesas. A participação luso-brasileira na constituição Social de Buenos Aires (c.1580-c.1650)*. Niterói: PPGH – UFF, 2008 (tese de doutorado inédita).

Bibliografia**Fontes**

de 1757.
Jrígues da Costa,

Bobadela para o
ia relativa à sua

Janeiro ao Conde

Sunha, de 21 de

rio de Souza ao

Estudos

o sul. São Paulo:

panha. Coimbra:

e Método, vol. I.
i, 2000, (tese de

e a disputa pela
ia de Além-Mar,

o de Mateus em

Rio de Janeiro:

mpanhia Editora

a crise política

uição Social de

FIGUEIREDO, Luciano R. de A. *Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo: FFLCH – USP, 1996 (tese de doutorado inédita).

FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*, vol. I (1564-1700), Rio de Janeiro, Typ. da "Revista dos Tribunais", 1912.

GIL, Tiago Luís. *Os Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

OSÓRIO, H. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

OSÓRIO, Helen. "As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)". In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. & GOUVEA, M. F. S. (orgs). *O antigo regime nos trópicos. A dinâmica da colonização portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

POSSAMAI, Paulo César. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2006.

PRADO, Fabrício P. *Colônia do Sacramento. O extremo-sul da América portuguesa*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

SAMPAIO, Antônio C. Jucá. *Na encruzilhada do império. Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.